

# REALISMO MORAL: UMA INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

*Alcino Eduardo Bonella*

Universidade Federal de Uberlândia/CNPq

**Resumo:** Para Russ Shafer-Landau, enquanto as teorias metaéticas denominadas por ele de *céticas* implicariam na impossibilidade do progresso moral (robusto), na equivalência moral entre posições morais antagônicas, e na infalibilidade moral, a teoria não-cética denominada *objetivismo* incorreria, aparentemente, no absolutismo moral, na negação da diversidade e da divergência morais, e na adoção de uma metafísica incompatível com a visão científica de mundo. Shafer-Landau, no entanto, discorda que isso valha para o realismo moral. Esta comunicação apresenta e analisa parte dos passos argumentativos presentes neste quadro.  
**Palavras-chave:** metaética, realismo moral, ceticismo moral.

**Abstract:** According to Russ Shafer-Landau, *skeptical theories* imply the impossibility of (robust) moral progress, the moral equivalence between opposing moral positions, and moral infallibility. Non-skeptical theory called *objectivism* would apparently incur in moral absolutism, in denial of diversity and moral disagreement, and in the adoption of a metaphysics incompatible with the scientific worldview. Shafer-Landau, however, disagrees that this holds for moral realism. This paper presents and analyzes some argumentative steps present in this debate.

**Keywords:** metaethics, moral realism, moral skepticism.

As interpretações acerca de nossos juízos morais podem ser divididas, segundo Shafer-Landau (2004), em dois tipos de teorias: céticas e objetivista.<sup>2</sup> Teorias céticas seriam aquelas que negam que haja juízos morais objetivos,

---

<sup>1</sup> Parte do conteúdo deste artigo foi apresentado e debatido no 6º Colóquio Internacional sobre Ética, realizado em Santa Maria/RS, na Universidade Federal de Santa Maria, de 19 a 22 de maio de 2014. Agradeço em especial a Ricardo Bins di Napoli, Marcelo Fabri, e Christian Hamm por terem me propiciado tal oportunidade.

<sup>2</sup> Para outras divisões das teorias metaéticas, ver: HARE, 1997 e MILLER, 2003.

que sejam verdadeiros independentemente do endosso de alguém ou de uma cultura. Teóricos do erro (*error-theorists*) pensam isto porque tais juízos, que são aptos a serem verdadeiros ou falsos, seriam todavia sempre falsos, já que não haveria uma realidade moral objetiva a que pudessem corresponder. Se houvesse fatos morais objetivos, eles seriam estranhos (*queer*), pois teriam a propriedade de prescrever ações ao mesmo tempo que seriam objetivos (cf. MACKIE, 1977). Teóricos expressivistas (também chamadas de não-cognitivistas) sustentam que nossos juízos morais não são aptos a ser primariamente verdadeiros ou falsos, pois com eles se expressam sentimentos de aprovação ou desaprovação, atitudes pró ou contra, ou prescrições (individuais ou universais), que não possuem valor de verdade. Dado isso, os juízos morais, no expressivismo, não seriam nem falsos nem verdadeiros, e portanto, é a conclusão de Shafer-Landau, não podem ser objetivamente verdadeiros. Estes dois tipos de teoria são chamadas, por isso, de niilistas (cf. SHAFER-LANDAU, 2004, 2010). Além das teorias niilistas, há as teorias relativistas. Nelas se aceita que haja verdades morais, mas também se afirma que tais verdades são dependentes do endosso de uma cultura particular (relativismo), ou são dependentes do endosso de cada indivíduo (subjativismo).

No outro lado do espectro, há teorias não céticas. Elas estão dentro do que Shafer-Landau chamou de objetivismo, porque aceitam que haja juízos morais que sejam objetivamente verdadeiros. O realismo moral é uma teoria objetivista: ele não é expressivista já que afirma que os juízos morais podem ser verdadeiros ou falsos; e também se distingue da teoria do erro porque acredita que ao menos alguns juízos morais são realmente verdadeiros. Além disto, alguns realistas, como o próprio Shafer-Landau, também afirmam que a verdade moral é independente da construção ou endosso humanos (SHAFER-LANDAU, 2003). Proposições como “X é errado”, devem ser tomadas pelo valor de face, ou seja, como frases predicativas, com valor de verdade, com algumas sendo objetivamente verdadeiras (SAYRE-MCCORD, 2014).

Para Shafer-Landau, as versões de ceticismo citadas não nos daria nenhuma base teórica sólida para compreendermos e justificarmos adequadamente nossa recusa do dogmatismo, da intolerância, e da arbitrariedade moral, coisas que se pretende combater exatamente com o ceticismo, e o que comumente se pensa ser resultado da versão objetivista da natureza da moral, como seria exemplar o caso do realismo moral. E elas não nos dão base para isso porque implicam em infalibilidade moral, equivalência moral, e impossibilidade de progresso moral em sentido

robusto. Para entender isso, pense o seguinte. Suponha que o ato de fazer X seja realmente errado. Neste caso, se a proposição contrária “X não é errado” fosse aceita pelas pessoas, no passado, mas não o fosse mais no presente, então se poderia pensar que houve progresso moral em sentido robusto, que as pessoas, no passado, estavam simplesmente enganadas, e que a posição atual é superior, e não equivalente, à anterior. Porém, se qualquer uma das teorias céticas fosse verdadeira, esse tipo de discurso parece não fazer mais sentido, ou a não fazer tanto sentido como faria se o realismo for verdadeiro.

Vejam. Se, como se pretende com a teoria do erro, os juízos morais são aptos à verdade, mas, ao contrário de juízos descritivos não morais, são sempre falsos, o juízo que X é errado, é falso (ou não verdadeiro). E o juízo oposto que X não é errado também é falso (ou não verdadeiro)! Se são falsos, e qualquer juízo moral é falso, parece que não faz sentido pensar que houve progresso moral robusto quando se abandonou o juízo que X não é errado, e parece que se tem de pensar que ambos os juízos são moralmente equivalentes. Por outro lado, se alguns juízos morais, como pretende o realismo, forem verdadeiros, então faz sentido pensar que X é realmente errado, e a proposição “X é errado” pode ser uma proposição moral objetivamente verdadeira. Note que, como qualquer proposição que se pretenda verdadeira, a proposição que *se pensa* verdadeira pode ser, na realidade, falsa. Podemos errar, se o realismo estiver certo. Mas neste caso, a proposição que X não é errado seria verdadeira, e teria havido regresso moral, se se passou da segunda para a primeira. Mas, se a teoria do erro estiver certa, e nenhum juízo moral pode ser verdadeiro, já sabemos isso de antemão de todo e qualquer juízo moral. Seremos filosoficamente infalíveis: já sabemos que são falsas e não podem ser objetivamente verdadeiras.

Talvez a teoria expressivista (também comumente chamada, como disse, de não cognitivista, porque nega que enunciados morais possuam valor de verdade) se saia melhor, já que não afirma que todos os juízos morais são falsos. Ela não o afirma, porém, porque os juízos morais não são o tipo de juízo capaz de ser verdadeiro ou falso. Apesar de sua superficial forma predicativa, juízos como “X é errado” na verdade são juízos como “Não se deve fazer X!” (HARE, 1952, 1997), ou outra forma de expressar insatisfação e desaprovação de X, como “X? Uuuuu...!”, sendo “uuuuu” um modo de manifestar desaprovação (STEVENSON, 1963). Ou talvez seja alguma forma de endossar a condenação da ação e um conjunto de normas que proíbem X, ou endossar um plano de ação em que não figura X (GIBBARD, 2003). Do

mesmo modo que se manifesta, com o uso da expressão “aceito”, dita diante do oficial de justiça, num dado ritual judicial, que realmente se quer casar com a pessoa ao lado, palavras morais são expressões ou manifestações de atitudes e compromissos.

Shafer-Landau pensa que se a teoria expressivista estiver certa, continuaremos tendo problemas como o da infalibilidade moral e o da equivalência moral: os juízos morais são tão demasiadamente humanos em sua expressão de sentimentos subjetivos, que estarão sempre certos, mesmo que sejam antagônicos. Tanto o juízo que X é errado quanto o juízo que X não é errado teriam de ser vistos *como se* fossem sempre a priori verdadeiros (na verdade, Shafer-Landau escreve lhes falta a aptidão a serem verdadeiros ou falsos, já que os antagonistas estão ambos apenas expressando sua reação sentimental diante de X)<sup>3</sup>. Se são mera manifestação da reação que se tem diante de X, então a mudança de um juízo para outro, seja em que sentido for, não pode ser adequadamente vista como sinal de progresso moral, e as posições que expressam são também moralmente equivalentes.

O argumento de Shafer-Landau prossegue do seguinte modo. A infalibilidade moral e as teses de que não há progresso moral e de que há equivalência moral, acabam sendo uma forma exemplar de dogmatismo: estarmos sempre certos, não podermos errar nunca, e sustentarmos uma moral de mesmo valor que outra moral que a negue. Então, a intolerância e a arbitrariedade não poderão ser vistas seriamente como um desvalor, pois serão moralmente equivalentes às posições tolerantes e razoáveis. O intolerante ou o arbitrário estarão no mesmo barco que o tolerante e o razoável. Ora, nós queremos sincera e fortemente evitar o dogmatismo, a intolerância e a arbitrariedade. A teoria do erro e a teoria expressivista não evitam a infalibilidade moral e aquelas outras teses acima. Logo, nós deveríamos evitar a teoria do erro e a do expressivismo, ou ao menos, evitá-las se houvesse uma teoria mais apropriada a isto. Existe. Aqui entra o realismo moral. Mas antes de seguirmos, ainda temos que olhar para os relativistas (do relativismo cultural e do subjetivismo).

Muitas pessoas hoje em dia abraçam explícita ou implicitamente o relativismo. Elas pensam que quando se diz que X é errado, se diz o que a

---

<sup>3</sup> Há aqui uma confusão entre subjetivismo e expressivismo: expressar a condenação de X não é equivalente nem a relatar que se condena X, nem a justificar que X é errado em razão de se condenar subjetivamente X. Para um desenvolvimento deste ponto, contra o realismo, ver: BONELLA, 2014.

sociedade pensa sobre X, e X é realmente errado *para esta* sociedade. Se em outra sociedade se diz que X não é errado, então X não é realmente errado *para esta* outra sociedade. X ser errado ou não, é algo que pode ou não ser verdadeiro, mas apenas para sociedades particulares. X ser ou não errado é relativo à sociedade. Outras vezes a concepção que se tem é que X é relativo à opinião individual: cada um tem seus padrões morais próprios e irreduzíveis. Se X é errado para mim, X é realmente errado, e isso é verdadeiro, mas apenas *para mim*. Mas se X não é errado para você, X não é realmente errado, e isso também é verdadeiro, mas para você. Provavelmente tais pessoas estejam pensando em termos expressivistas, pois acreditar em verdades relativas é algo um tanto quanto sem sentido lógico. É como acreditar em círculo quadrado, uma contradição em termos. Seja qual for a melhor interpretação do que é uma ação ser realmente errada e ao mesmo tempo ser verdadeira apenas relativamente à opinião da sociedade ou de um indivíduo, Shafer-Landau escreve que os relativistas não só caem vítimas da infalibilidade moral e das teses da equivalência moral e da impossibilidade de progresso moral, como, e mais radicalmente, não podem escapar do dogmatismo, da intolerância e da arbitrariedade: as culturas particulares nunca estarão erradas; todas as culturas seriam moralmente equivalentes; as culturas intolerantes e arbitrarias são tão boas moralmente quanto as tolerantes e razoáveis. O mesmo vale para o subjetivismo, de modo mais radical ainda (SHAFER-LANDAU, 2004)

O realismo moral conserta, para Shafer-Landau, todos estes defeitos (SHAFER-LANDAU, 2003). Podemos não saber qual das duas proposições é verdadeira, mas sabemos que se uma delas for verdadeira, a outra não o será, e, então, podemos errar. Podemos pensar que X é errado, mas X pode realmente não ser errado. E se podemos errar, nem todas as posições terão o mesmo estatuto ou serão moralmente equivalentes: se X ser errado for objetivamente verdadeiro, e X não ser errado, falso, a posição moral que exclui X, por ser realmente errado, será superiora à posição oposta, e terá sentido pensar que houve progresso moral na passagem de uma crença à outra. As culturas não estarão sempre certas, nem serão necessariamente equivalentes. Ao menos parte do que elas contêm poderá ser visto como superior ou inferior a partes alternativas, que poderão estar presentes em outra cultura. Nem o certo e o errado dependerão, como se depreende do subjetivismo, do que cada um achar que é verdadeiro. Ora, supondo que nossos juízos morais como “X é errado” só façam sentido se pretendem que X seja realmente errado nas posições morais disponíveis, o que pode ser

tomado como uma platitudo do discurso moral comum, o realismo desponta nesse quadro como a teoria que tem o senso comum e as platitudes do fenômeno moral do seu lado<sup>4</sup>.

Será mesmo? Como não há almoço grátis, vejamos o ônus que recai sobre o realismo, segundo o próprio Shafer-Landau. Padrões morais objetivos, e independentes do endosso humano, implicariam, aparentemente, serem absolutos. Sem o endosso humano, social ou individual, como sua garantia ou fonte, as crenças morais que pretendamos objetivas revelariam uma realidade moral independente dos seres humanos, assim como crenças físicas objetivas revelariam uma realidade física independente do poder cognoscitivo humano (é o que torna a física apaixonante). Ora, crenças morais assim teriam de ser tomadas como absolutas. Logo, o realismo moral implica no absolutismo moral. Ora, o absolutismo é uma posição implausível, já que não há normas morais absolutas. Logo, o realismo moral é uma posição implausível. Esse ônus deixa a entrever a entrada em cena de outro ônus mais pesado ainda: pressupor uma realidade moral objetiva parece incompatível com nossa adoção do naturalismo. Se uma crença é incompatível com o naturalismo, ela dever ser abandonada. Tomemos o naturalismo, para argumentar, como a ideia de que cada crença que possuímos tem de ser compatível com a visão de mundo científica, e que os fatos ou realidade que supomos existir têm de ser conhecidos usando-se o método científico, e compatíveis com o melhor conhecimento científico disponível. A crença em flogisto, ou em unicórnios, por exemplo, não o eram, e então, abandonamos tais crenças. Ora, se adotamos o realismo, aceitamos que há fatos morais objetivos no mundo fora de nós, humanos. Mas não encontramos tais fatos se usamos o método científico e o melhor conhecimento científico disponível. Logo, o realismo moral implica numa visão metafísica de mundo incompatível com a visão científica. Ele deve ser abandonado.

Sendo absolutista e não sendo naturalista, o realismo seria aparentemente catastrófico como compreensão de nossas divergências morais, e, em especial, para como tratar nossos desacordos. As divergências, em primeiro lugar, não teriam de ser levadas a sério pelo lado de quem tivesse certeza que está com a verdade. O outro lado estaria errado, e ponto. Se

---

<sup>4</sup> Cf. JOYCE, 2009, para uma opinião diversa da de Shafer-Landau.

houvesse algo como uma ciência da moral que pudesse provar proposições morais como “X é errado”, a divergência poderia, quem sabe, ser dissolvida de um modo neutro, ou seja, aceitável para ambas as partes. Mas como não há, ela não o pode. Uma prova? Os desacordos morais que persistem entre pessoas razoáveis e bem informadas, que são um indício em favor do irrealismo (teorias do erro e expressivistas). Por que mais os desacordos persistiriam? A teoria do erro tem uma boa resposta: porque, apesar de pretenderem ser verdadeiros, juízos morais são sempre falsos. Por isso há divergência entre nós. A teoria expressivista também explica bem a divergência: juízos morais são veículos de nossas atitudes, emoções e interesses, e, como eles estão em variância, há desacordos. O realismo moral seria uma interpretação menos plausível da ampla divergência moral que reina entre nós. Se há uma realidade moral objetiva e padrões morais verdadeiros, por que não descobrimos tais coisas de maneira científica, para sanar nossas divergências?

Shafer-Landau discorda de tudo isso. Para começar, a divergência só existiria se o realismo fosse verdadeiro. Se não, o que existe é mera diferença, e o desacordo se manterá sempre exatamente porque diferenças que sejam todas falsas (teoria do erro) ou que sirvam apenas para manifestar nossos sentimentos, nunca poderão ser tratadas de um modo racional e objetivo. O método do melhor argumento, por exemplo, principal modo de se buscar a verdade em assuntos filosóficos, perde seu foco, exatamente se o realismo for falso. Mas, do mesmo modo que com o melhor argumento e testes empíricos temos um método na ciência, argumentamos para achar a melhor teoria e as melhores razões, em ética. E a melhor teoria é a que se aproxima da verdade. E tal proximidade, se comparada com teorias concorrentes, faz com que tal teoria solucione um desacordo racionalmente. Poderíamos nos perguntar, todavia, considerando que na ciência possuímos, além do argumento, os testes empíricos: o que possuímos a mais na ética? E a resposta de Shafer-Landau é surpreendente: nada. Para ele, disto não se depreende nada de relevante. Também não possuímos nada além do argumento para tratar da divergência sobre a existência de Deus ou do desacordo sobre o livre arbítrio, mas nem por isso temos de abandonar a ideia de que Deus pode ou não existir realmente, ou a ideia de que talvez não haja realmente livre arbítrio, e que um dos lados do debate esteja certo, esteja com a verdade. Alguns assuntos são difíceis. Nossos recursos de pesquisa são mais escassos. Mas abandonar a possibilidade de se chegar à verdade tornaria sem sentido a

busca da melhor teoria que sirva ao fim da divergência. Mas como isso poderia se dar se não houver fatos a que possam corresponder nossos juízos? Talvez não possa, mas não podemos supor a priori que não há tais fatos: eles são exatamente o que está em questão, e em parte, saberemos disto pela consideração dos argumentos, e pela análise metaética do que é resolver uma divergência dentro da visão realista, por exemplo, pelo esclarecimento de que o desacordo moral não é um mistério, ou algo diferente de outros desacordos. Há desacordos sobre questões não morais, e que persistem.

Como tais desacordos, os desacordos morais podem persistir: (a) porque não temos ainda um bom acesso aos fatos não morais, apesar de podermos ter os mesmo princípios morais; (b) porque temos os fatos bem estabelecidos, mas não temos ainda os mesmo princípios morais em função de viés e distorções emocionais; e (c) porque ainda não pensamos o suficiente e ainda temos de trabalhar duro para que se chegue a um acordo. No entanto, o acirramento de desacordos também parece se dar quando lados opostos se aferem a princípios absolutos, que valem inflexivelmente e universalmente. Mas então: não seria o objetivismo que está necessariamente comprometido com o absolutismo? Não, responde Shafer-Landau. Da aceitação de que haja um padrão moral objetivo para avaliar nossas opiniões e atitudes, não se segue, necessariamente, que tal padrão seja absoluto, que seja inflexível, e que tenha de ser universal. Por que teria de ser? Se negássemos que juízos morais podem ser objetivamente verdadeiros, então necessariamente não poderíamos ser absolutistas: se nenhum juízo é verdadeiro, nenhum é absoluto ou assim deve ser encarado. Se adotamos o relativismo, como o próprio nome diz, cada verdade moral será relativa à sociedade ou ao indivíduo que o endossa, e também não haverá norma universal. Já com o realismo moral, não temos como adotar estas duas estratégias. Certo. Isso é assim mesmo. Mas observe que há outras estratégias que as anteriores, e a realista continua no páreo.

Podé ser um padrão objetivo que os juízos morais não devam ser inflexíveis, pois as exceções podem ser justas, e, como são pensadas como objetivamente verdadeiras, a inflexibilidade será rejeitada, e de um modo que ainda deixa intacta a solidez do discurso moral comum. O mesmo vale para a universalidade: ela não quer dizer que os juízos morais que são objetivos não podem respeitar a pluralidade cultural, ou que em todo lugar existem os mesmos princípios morais (basta procurar direito). O último ponto é um contrassenso. Não é porque um padrão moral deva ser universalizado, que

disso se deva pensar que ele esteja presente em todo lugar, mesmo que implicitamente. O respeito à pluralidade moral em culturas diversas não está excluído se adotamos o realismo moral: ele pode ser um dos juízos morais objetivamente verdadeiros e que independem do endosso cultural ou individual, enquanto, se somos relativistas, a intolerância e o dogmatismo cultural estão necessariamente em aberto, pois todas as culturas são moralmente equivalentes.

Resta a metafísica não naturalista. Shafer-Landau (2004, 2003) aceita que o realismo moral tem sérias dificuldades com isso. E conclui que devemos abandonar o naturalismo. Por que? Porque um indício de que ele não deve abranger tudo é sua incapacidade de abarcar fatos morais, e porque ele não deveria ser usado como padrão de avaliação de qualquer outra metodologia e crença teórica se existissem outras metodologias racionalmente aceitáveis, crenças que sejam lógica e teoricamente plausíveis, além de serem também compatíveis com a autonomia da ciência natural. Ora, esse parece ser o caso das crenças morais e do realismo moral. A metodologia da moral é a argumentação filosófica, e ela é uma forma racionalmente compreensível e credível de uso da razão, a mesma razão que também é usada na ciência. As crenças morais do tipo em que X é realmente errado também são intuitivamente plausíveis à primeira vista. É o tipo de crença que os reformistas morais parecem possuir, e eles são pessoas que também parecem usar bem o raciocínio e ter alta sensibilidade em descobrir bons modos de se viver. Mas o mais importante, ao contrário de métodos ou juízos que são anticientíficos, o realismo moral não precisa sê-lo, ao contrário: parte essencial do raciocínio moral depende do bom conhecimento factual do mundo, das ações, das alternativas de ações, das consequências dos nossos atos e políticas. E tudo isso é tarefa empírica. A ciência tem a última palavra nisso. O realismo moral não implica que juízos morais estão em oposição à ciência.

Mas será isso suficiente? Se há um padrão moral objetivo, com verdades morais, a interpretação disto parece implicar que há uma realidade moral objetiva, com fatos morais objetivos. E se a ciência não foi capaz de capturar tal realidade ou chegar a tais fatos com métodos empíricos, talvez não existam. Shafer-Landau concorda, e assume o ônus: há mais realidade objetiva ou fatos objetivos do que nossa vã naturalização supõe. Ele sugere compatibilizar ciência e realismo moral abandonando então, o naturalismo. O naturalismo seria incompleto exatamente por não incluir em seu escopo o reconhecimento de fatos morais. Talvez fatos morais sejam fatos naturais.

Mas isso seria estranho, já que teríamos de identificar um fato natural que aparece na ciência empírica, com um fato moral que aparece na ética objetiva, como *o mesmo fato*. Mas que um fato seja naturalmente verdadeiro não parece suficiente para que seja também um fato moral: sempre podemos questionar se, dado um fato natural ou conjunto de fatos naturais, se são realmente morais (HARE 1952), de modo que fatos morais parecem precisar de algo mais do que fatos naturais. A não ser que haja fatos *sui generis*. Shafer-Landau pensa que fatos morais são fatos não-naturais. Isso gera a necessidade de se justificar racionalmente tal crença numa realidade moral objetiva *sui generis*, que não é exatamente nossa realidade natural objetiva. O realismo moral de Shafer-Landau tem de explicar e justificar o intuicionismo. Talvez seja oneroso de mais ter de supor fatos *sui generis* e um método intuicionista de investigação. Um substituto razoável para estar no expressivismo: e pode-se questionar a interpretação que Shafer-Landau faz dele (BONELLA, 2014). Há também teorias híbridas, em que há expressivismo e realismo ao mesmo tempo (cf. COPP, 2009 e VAN ROOJEN, 2014). Todos estes pontos, no entanto, ficam para outros artigos, ou para a investigação diligente do leitor.

## Referências

- BONELLA, A. E. “Moralidade, motivação e objetividade”. In: WILLIGES, F; COPP, D.; FISHBORN, M. *O lugar das emoções na ética e na metaética*. Santa Maria: UFSM, 2014 (no prelo).
- COPP, D. “Realist Expressivism and Conventional Implicature”. In: *Oxford Studies in Metaethics*, n. 4. Shafer-Landau, R. (ed.). Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 167-202.
- GIBBARD, A. *Thinking How to Live*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.
- HARE, R. *The Moral Language*. Oxford: Clarendon Press, 1952.
- \_\_\_\_\_. *Sorting out ethics*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- JOYCE, R. “Moral Anti-Realism”. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2009 Edition). Edward N. Zalta (ed.). URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2009/entries/moral-anti-realism/>>. Consultado em 15/05/2014.
- MACKIE, J. *Ethics, inventing right and wrong*. London: Penguin Books, 1977.

MILLER, A. *An Introduction to Contemporary Metaethics*. Cambridge: Polity, 2003.

SAYRE-McCORD, G. "Moral Realism". In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2011 Edition). Edward N. Zalta (ed.). URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/moral-realism/>. Consultado em 13/05/2014.

SHAFER-LANDAU, R. *Moral Realism: a Defense*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. *Whatever Happened to Good and Evil?* Oxford: Oxford University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *The Fundamentals of Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

STEVENSON, C. *Facts and Values: Studies in Ethical Analysis*. New Haven: Yale University Press, 1963.

ROOJEN, Mark van. "Moral Cognitivism vs. Non-Cognitivism". In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2014 Edition). Edward N. Zalta (ed.). forthcoming URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/moral-cognitivism/>. Consultado em 14/05/2014.

Email: abonella@googlemail.com

RECEBIDO: Maio/2013  
APROVADO: Junho/2013